

» Entrevista | **ARTHUR MAIA** | DEPUTADO FEDERAL

Parlamentar do União Brasil diz que nem ele nem a bancada foram consultados para a definição das indicações ministeriais da sigla e sai em defesa de Juscelino Filho

“Não tenho motivos para votar com o governo”

» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

Billy Boss/Câmara dos Deputados



É preciso que o presidente (Lula) diga aos seus amigos que quem se elegeu presidente foi ele e que as decisões cabem a ele”

Deputado federal em quarto mandato, Arthur Maia (BA) está se despedindo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara. O parlamentar integra o União Brasil, partido que vem provocando dores de cabeça no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas últimas semanas.

Embora faça parte do núcleo de poder decisório entre parlamentares, Maia é um dos que afirmam que eles não foram consultados para se chegar a um consenso sobre as indicações ministeriais da legenda.

Ao **Correio**, o deputado comenta o episódio, tece elogios e críticas a Lula, defende a retomada das comissões mistas e sai em defesa do ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil-MA) diante de falas de petistas.

O União tem como integrantes do governo, também, o ministro da Integração Nacional, Walder Góes (PDT), e a ministra do Turismo (Daniela do Waguiinho).

Há um racha claro no seu partido após as indicações ministeriais. Como se chega a um equilíbrio?

Temos dentro do partido uma disputa como acontece em qualquer outro. No nosso caso, é uma divisão ainda mais clara porque as pessoas costumam fazer a separação dos deputados que vieram do DEM e do PSL, trazidos pelo Luciano (Bivar) e pelo ACM (Neto). A tendência natural é que isso acabe. Tenho uma ótima relação com o presidente Bivar. Não ouvimos as bases para as indicações ministeriais. Eu, que sou deputado federal, que tenho um papel bastante longo dentro do partido e da Câmara, tomei conhecimento das indicações pelos jornais. Ninguém me consultou.

Qual é o peso do senador Davi Alcolumbre nessas escolhas?

De fato, as escolhas dos ministros não foram tratadas democraticamente. Agora, até que ponto o ex-presidente do Congresso e senador Davi Alcolumbre teve importância, francamente não sei. Não tenho conversado com o senador. Mas obviamente que as votações que vão acontecer daqui para frente vão dizer se os ministérios entregues ao partido vão render votos, ou não. Isso é uma discussão que vamos ver quando começarem as votações no plenário da Câmara.

Mas três ministérios não estão de bom tamanho?

Para mim, podia não ter nenhum, dois, três. O que estou

dizendo é que não participei dessa discussão. Não tenho vinculação com o que está sendo tratado nos ministérios. O que me interessaria levar de benefício dos ministérios para o meu estado? Não conheço a pessoa do ministro da Integração Nacional e não vejo o que um ministério como os das Comunicações possa contribuir para o partido. O do Turismo assumiu uma ministra muito na base, mas eu, momento algum, fui chamado para tratar de qualquer tipo de participação que eventualmente o ministério possa ter para o meu estado. Não se trata quantidade e, sim, da forma como o diálogo foi feito e da qualidade dos ministérios. Não tenho motivos para votar com o governo pelos ministérios. Nem a favor, nem contra. Simplesmente estive alheio a toda e qualquer discussão a respeito de ministérios, e o mesmo acredito que vale para toda bancada do União Brasil.

Então, a conta é o que os mandatos vão ganhar?

A discussão é sobre o que cada ministério tem para auxiliar nos respectivos estados. Se um ministro está fazendo um bom trabalho em uma pasta, vou aplaudir. Agora, apoio partidário pressupõe uma aliança política, que quer dizer que você vai opinar sobre políticas públicas que o ministério está executando e, obviamente, ajudar o mandato com aquilo. E isso não existe nos três ministérios.

Ainda dá para aparar essas arestas?

Foi muito açodada a discussão dos ministérios e, por

isso, tem existido tanta divergência. Não estou dizendo que não há possibilidade de avanço. Se os ministros estiverem dispostos a diálogos com os membros, é possível que exista um avanço, mas neste momento não existe.

O senhor votou em Bolsonaro, mas é de um estado em que Lula venceu. Está disposto a mudar de lado?

Lula ganhou a eleição mais do que o PT e a esquerda. Se formos olhar nas outras esferas federativas, vamos constatar que a esquerda perdeu a eleição para governos em vários estados. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul. O único estado importante do ponto de vista econômico foi a Bahia. Na Câmara, houve uma grande derrota da esquerda, com pouquíssimos deputados eleitos, e no Senado também foi do mesmo jeito. Sem dúvida, o presidente é a figura mais importante da vida pública dos últimos 20 anos. Lula sempre se mostra um homem conciliador. Mas não adianta o presidente tentar impor uma agenda que seja oposta a uma agenda que a sociedade deseja. Se o presidente de fato for abraçar o aumento do PIB e da recuperação da economia; aprovar a reforma tributária; fazer uma reforma agrária dentro da lei, impedindo invasões de terra; ajudar a expandir o agronegócio; revitalizar a indústria, ele vai se dar muito bem e pode contar comigo. A campanha foi decidida no carisma de Lula e nas bobagens dos amigos de Bolsonaro.

O presidente enviou 11 medidas provisórias ao Congresso em três meses. O senhor acha que Lula vai governar por MP?

Acho que essa é uma resposta que tem de partir dele. Acho que há MPs importantes aqui, como a do Bolsa Família, mas a do Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, deveria chegar ao Congresso por meio de um projeto de lei, para termos mais tempo de discutir, fazer um debate mais amplo. Mas espero que o presidente trate as coisas dentro de um viés mais democrático e permitindo uma discussão maior.

Lira está travando a retomada das comissões de MPs. O senhor acha que vai se estender muito esse entrave?

Foi baixada uma norma para retomar as comissões mistas de MP e existe uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) pela obrigatoriedade das comissões mistas. O presidente Lira pode até atrasar, mas ele não tem, de maneira alguma, como impedir que as MPs sejam avaliadas por uma comissão.

Acredita que o ministro Juscelino Filho é culpado?

Não me debrucei sobre as denúncias contra o ministro. Só acho que a reação de alguns membros do PT prejulgando, colocando inclusive o presidente na parede, foi muito ruim. É preciso que o presidente diga aos seus amigos que quem se elegeu presidente foi ele e que as decisões cabem a ele. Não é bom que ele tenha um ministro e que pessoas ligadas a ele e ao partido dele coloquem esse ministro como uma pessoa incorreta.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Transfobia rouba a cena das mulheres na Câmara

Durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher, o deputado bolsonarista Nikolas Ferreira (PL-MG) roubou a cena, ao subir à tribuna e pôr uma peruca para agredir as deputadas trans Duda Salabert (PDT-MG), a mais votada do seu estado, e Erika Hilton (PSol-SP). “A esquerda disse que eu não poderia falar, porque eu não estava no meu local de fala. Solucionei esse problema. Hoje, me sinto mulher, deputada Nicole. As mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres”, afirmou, logo após Erika ter usado a tribuna.

A provocação recebeu pronta resposta das deputadas presentes. Tábata Amaral (PSB-SP) anunciou que apresentará um pedido de cassação do mandato de Nikolas na Comissão de Ética da Câmara. Desde 2019, a transfobia é considerada crime de racismo pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Tábata é autora do projeto que inclui no Código Penal o crime de condicionamento de dever de ofício à prestação de atividade sexual, aprovado ontem. A proposta será enviada ao Senado.

Duda e Érica são as primeiras deputadas trans da história, representam a mudança de costumes e a revolução de gênero em curso no mundo. É visível no plenário e nos corredores da Câmara o desconforto com a presença de ambas na Casa, particularmente com Duda, que tem 1,90 e chama muita atenção pela altura. Primeira travesti eleita deputada federal por Minas Gerais, com mais de 208 mil votos.

Vice-presidente nacional do PDT, Duda, de 41 anos, tem uma agenda que não se limita a questões de gênero e combate ao preconceito e à discriminação. Pretende fazer um “mandato climático”, focado nos desastres ambientais causados pela mineração. Erika foi eleita com 256 mil votos, entre os 10 deputados paulistas de maior votação, depois de um bem-sucedido mandato na Câmara de São Paulo, na qual se destacou como defensora dos direitos humanos e, principalmente, no combate à exclusão e à violência que atinge travestis na capital paulista.

O episódio não foi gratuito, não houve improviso, ninguém encontra uma peruca à disposição no plenário. Foi provocação política, que sinaliza uma linha de atuação da bancada bolsonarista raiz, que sempre se pautou por uma narrativa contra a revolução de gênero e homofóbica. Essa foi uma das marcas do ex-presidente Jair Bolsonaro quando era deputado.

Uma de suas vítimas foi o ex-deputado Jean Wyllys (PSol-RJ), que renunciou ao terceiro mandato em janeiro de 2019 e deixou o país. Sofria ameaças das milícias do Rio de Janeiro desde o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco (PSol). Recentemente, Wyllys anunciou em Barcelona, onde vive, que voltará ao Brasil.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, tentou esvaziar a polêmica sobre a intervenção de Nikolas com uma reprimenda pública: “O plenário da Câmara não é palco para o exibicionismo e muito menos discursos preconceituosos”, disse. Não funcionou. Na sessão dedicada às mulheres, sob comando da vice-presidente da Câmara, Maria do Rosário (PT-RS), as deputadas subiram à tribuna e desancaram Nikolas. Erika Kokay (PT-DF) foi uma das que acusou o parlamentar de ter cometido um crime de homofobia. Falta de decoro pode ser motivo de cassação de mandato.

Base desarrumada

O episódio de ontem revelou um ambiente muito favorável ao radicalismo bolsonarista, porque a base governista está desarrumada. Na segunda-feira, durante evento na Federação do Comércio de São Paulo, Lira mandou recado para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a base do governo na Câmara é muito frágil, sem força até para aprovar projetos por maioria simples. Nos bastidores da Câmara, os deputados da União Brasil e do PP, que negociam uma federação ou fusão, não escondiam a intenção de impor uma derrota ao governo na primeira oportunidade.

No Salão Verde da Câmara, o deputado Eunício de Oliveira (MDB-CE) mostrava desconforto com a situação da bancada do MDB e a atuação do líder do governo, José Guimarães (PT-CE), seu adversário político no Ceará. Questionava o fato de o bloco parlamentar formado por todos os partidos na eleição de Lira não ter um líder, nem ter escolhido o Líder da Maioria. Com 495 deputados, o bloco vai do PL ao PT; apenas ficaram de fora a federação PSol-Rede e o Novo. Será desfeito em greve.

O acordo serviu para reeleger Lira à Presidência da Câmara por amplíssima maioria, mas até agora não houve entendimento entre os partidos para formação das comissões permanentes da Casa. É um cenário perigoso para o governo. Lira já não tem o mesmo poder que tinha no governo Bolsonaro, quando mandava e desmandava no Orçamento. O presidente Lula também não tem uma base parlamentar majoritária, depende de acordo com o Centrão para aprovar seus projetos.

A DENGUE NÃO PARA DE MATAR. NÃO PODEMOS PARAR DE CUIDAR.

Não deixe água parada em vasos de plantas, baldes, pneus, calhas, garrafas, tampas ou piscinas sem manutenção. Mantenha lixeiras e caixas-d'água sempre tampadas e os terrenos limpos e sem entulho.

